

“TODOS OS HOMENS NASCEM LIVRES E IGUAIS” – Herança da Revolução Francesa.

Wagner Marques Pereira¹

RESUMO: O presente artigo procura analisar, brevemente, a associação política cidadania e democracia, que se tornou intrínseca aos indivíduos ao longo da Modernidade, a partir de um diálogo entre o regime democrático existente na Grécia Clássica e as democracias liberais contemporâneas, com base em leituras de Hannah Arendt e Cornelius Castoriadis. Semelhante discussão parte da premissa de que tais realidades políticas, por serem frutos da ação humana, mantêm-se (ou modificam-se) por intermédio desta mesma ação.

PALAVRAS CHAVE: Democracia antiga – Democracia moderna – Cidadania.

¹ Mestre em Educação (UERJ). Graduado em História (UERJ). Professor de História da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

A igualdade da polis grega, sua isonomia, era um atributo da polis e não dos homens, os quais eram investidos nessa igualdade pela cidadania, e não em virtude do nascimento (ARENDETT, 1990, p. 25).

INTRODUÇÃO

A intenção desse artigo é discutir, sem pretensão de apreender todas as possibilidades inerentes ao tema, a relação que mantemos com a esfera política e algumas de suas consequências. Nesse sentido, o artigo expõe a construção de uma via explicativa entre a realidade atual e a herança da Revolução Francesa, contrapondo-as à experiência da *polis*.

Sob minha ótica, o tema se justifica porque não podemos mais ter a convicção de que forças externas à sociedade podem modificá-la, tal como pensava Tocqueville:

O desenvolvimento gradual do princípio da igualdade é, portanto, um fato da Providência. Tem todas as características principais de tal fato; é universal, durável, escapa constantemente à interferência humana. (1969, p. 36)

Se pretendemos edificar sociedades mais justas, nas quais possam imperar, de direito e de fato, a liberdade e a igualdade, devemos nos debruçar sobre a realidade atual, sem nos esquecermos das experiências passadas, as quais não podem ser revividas, mas podem (e fazem) demonstrar que *qualquer* realidade pode ser modificada pela ação humana.

I - A Igualdade Possível de Seres Desiguais

Sob a nova Constituição, as leis devem ser promulgadas em nome do povo francês, e não da República francesa (ROBESPIERRE apud ARENDETT, 1990, p. 69).

Tocqueville – contrapondo, implicitamente, a noção de igualdade, presente nas democracias liberais, às condições sociais do *Ancien Régime* – assumiu o discurso oficial, que foi elaborado no transcurso do processo revolucionário francês. E ainda afirmou, em relação às atitudes do homem que vive em sociedades democráticas, que

os menores privilégios lhe são repugnantes à razão; as diferenças mais insignificantes nas instituições políticas do mesmo povo o ofendem, e a uniformidade da legislação parece-lhe ser a primeira condição do bom governo (TOCQUEVILLE, 1969, p. 335)

Portanto, a primeira vista, a proposta de desigualdade – motriz do desenvolvimento social – colocada pelo neoliberalismo, nos dias de hoje, encontrar-se-ia em contradição visceral com os pressupostos básicos dos regimes democráticos pós-Revolução Francesa, alicerçados no trinômio igualdade, fraternidade e liberdade.² Dicotomicamente, teríamos, então, o neoliberalismo – com o corolário da globalização – de um lado, e a democracia do outro, sem nenhuma possibilidade de convivência de ambos os princípios organizacionais em uma mesma realidade social. Em suma, os dois conceitos, tanto teórica como empiricamente, seriam excludentes.

Porém, qualquer análise, por mais superficial que fosse, demonstraria a inveracidade das afirmações acima, a não ser considerando a expressão *democracia neoliberal* como uma contradição em si mesma. Nesse caso, então, deveríamos reconceptualizar os regimes que, mesmo adotando a doutrina neoliberal como eixo norteador de suas políticas, continuam apresentando voto direto em todos os níveis de representação política,

² Segundo Perry Anderson, já nas décadas de 1950 e 1960: Desafiando o consenso oficial da época, eles (os neoliberais) argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na

liberdades civis e políticas, poderes independentes, dentre outros elementos, pois eles não poderiam mais ser caracterizados como democracias.

Reforçando as afirmações supra-elaboradas e voltando às palavras de Tocqueville, podemos dizer que algo perfeitamente distinto dos privilégios (ou a não igualdade) serem ofensivos ou repugnantes aos homens é negar a comprovação empírica das desigualdades nas sociedades democráticas, quer tal realidade nos ofenda ou não.

Em consequência, apenas uma via se abre para a compreensão das democracias atuais, qual seja: a igualdade civil, em sentido lato, diferentemente do que pensavam e desejavam os revolucionários franceses, não é condição *sine qua non* para a existência / permanência das democracias. Desta forma, afirmações do tipo:

A liberdade e a igualdade não estão somente na base da sociedade de classes, elas encontram-se na origem do regime democrático, isto é, na origem da luta interminável pelo poder entre irmãos iguais (ENRIQUEZ, 1996, pp. 249-250),

somente possuem significância se tiverem como pressuposto os discursos provenientes do pós-1789 e não a realidade tangível das sociedades democráticas.

Em verdade, no plano prático, ou seja, na efetivação do trinômio igualdade, fraternidade e liberdade no mundo dos homens, os revolucionários franceses, em suas pretensões, foram tão inócuos quanto o ideário cristão, com sua essência extramundana, foi. Assim, a liberdade seria adquirida somente no momento em que já deixamos os fardos da vida e ingressamos no

realidade imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. (1995, p. 10).

paraíso celeste³. A fraternidade seria derivada do fato de todos sermos irmãos por termos um único pai⁴. E, por fim, a igualdade, enquanto seres criados à imagem e à semelhança do criador, não conseguiram edificar sociedades nas quais os homens vivessem como iguais, tivessem relações fraternais e onde imperasse a liberdade.

Não deve causar surpresa que a execração de todas as formas de diferenciação social, inclusive os papéis sociais “masculino” e “feminino”, tenha impulsionado os movimentos heréticos do ano mil, cujo objetivo era construir, em toda sua pureza, a “igualdade de um paraíso reencontrado” (DUBY, 1982, p. 157). Dentre as respostas dadas pela ordem feudal (tendo à frente a Igreja), a tal pretensão, aquela que mais nos interessa no momento reside “que a intenção providencial não é a igualdade, que tudo na criação é hierarquizado, especialmente a sociedade dos anjos” (DUBY, 1982, p. 157).

Se a Providência, hoje, não pode ser evocada como fonte geradora das desigualdades existentes entre os homens – embora também não possamos descartá-la totalmente, pois, mesmo na esfera política, muitas das decisões de nossos representantes e de muitos eleitores consideram as suas respectivas “convicções religiosas” – no entanto, o homem moderno, em vários aspectos, encontra-se muito mais próximo do ideal platônico de ter um “deus” como medida de todas as coisas humanas do que do ideal aristotélico. Este coloca a virtude e o homem bom na mesma posição. Pragmaticamente (ou

³ Enquanto seres deste mundo, a liberdade, proposta pelo cristianismo, equipara-se ao livre-arbítrio, porém o livre-arbítrio “tem tão pouco em comum com as conhecidas capacidades para desejar, intentar e visar algo que somente reclamou atenção depois de ter entrado em conflitos com elas. (ARENDRT, 1992, p. 204). Desta forma, o livre-arbítrio afasta-se da noção de liberdade na esfera pública, porque ele não possui “relação com a política”. (ARENDRT, 1992, p. 205)

⁴ A fraternidade, com restrições, é o único dos três termos ainda passível de ter uma certa atuação no mundo, assumindo a forma de solidariedade.

“*capitalisticamente*”), o novo *deus* é o dinheiro, colocado na posição de “*novo sagrado*”.

O dinheiro nos introduz em uma estrutura onde as relações humanas se dissolvem, onde os indivíduos tendem a tornar-se coisas, onde eles caem na armadilha da submissão a um poder que pensam dominar (ENRIQUEZ, 1996, p. 219).⁵

Se assim o é, o equacionamento do fracasso, na implementação do ideário revolucionário, deve necessariamente transpor os limites de 1789 e ser procurado na Grécia Antiga, berço da política e da democracia, esquecendo, por instantes, os arroubos igualitários, fraternais e libertários propostos pela Revolução Francesa. Embora não possamos igualar as duas noções de democracia, sendo o principal motivo o fato da participação direta na polis e da representação no mundo moderno. Em primeiro lugar, uma democracia não significava harmonia fraternal (ou uma sociedade impregnada de amor) entre os indivíduos que a compõe, podendo perfeitamente (e preferivelmente) conviver com a diversidade. Neste sentido, Castoriadis, que em vários momentos idealiza a Grécia, é bastante esclarecedor; pois, em suas palavras, a polis

não é simplesmente paz, harmonia e discussão tranquila entre cidadão, mas igualmente **polemos**, guerra entre homens e entre cidades, exílio e massacre (CASTORIADIS, 1987, p. 289).

Contudo - e sem constituir-se em um paradoxo -, era na *polis* que os homens podiam tanto demonstrar sua *igualdade* como também sua *liberdade*. Porém, de forma contrária à modernidade, o entendimento era de que “a

⁵ Somente nesta perspectiva é-nos possível entender a afirmação: “O tema recorrente do movimento socialista desde então (1850) tem sido essa noção de ‘estender’ o princípio democrático da esfera política para a social, a qual, na verdade, é principalmente econômica. (PZEWORSKI, 1989, p. 19).

comunidade não é feita de iguais, mas ao contrário de pessoas que são diferentes e desiguais. É através do igualar-se, *isasthénais*, que nasce a comunidade” (ARENDDT, 1993, p. 99). Desta forma, era somente no exercício direto da política que os cidadãos – ou seja, aqueles que conseguiram libertar-se das necessidades inerentes à sobrevivência – eram constituídos, porque

A polis grega foi outrora precisamente a ‘forma de governo’ que proporcionou aos homens um espaço para o aparecimento onde pudessem agir – uma espécie de anfiteatro onde a liberdade podia aparecer (ARENDDT, 1992, p. 201).

Em consequência, se contrapormos a noção antiga de Política (em maiúscula) com àquela proposta pelos revolucionários franceses, perceberemos que a ideologia neoliberal – quer concordemos ou não com suas proposições – não fez mais do que clarificar uma realidade “encoberta” por mais de 200 anos de discurso da época moderna. E, ao aceitarmos esta verdade, não precisamos, em contrapartida, tal como fazem os neoliberais, acreditarmos na existência de indivíduos *piores* ou *melhores* – sendo que os segundos devem dominar os primeiros, ou simplesmente, dependendo do jogo do mercado, excluí-los das esferas política, social e econômica. Porém, aprendermos com aqueles que inventaram a política (e conseqüentemente a liberdade e a igualdade) que os seres humanos não nascem livres e iguais. E a única maneira criada, no sentido de *criação* empregada por Castoriadis, para torná-los iguais e conviverem em liberdade, é a *criação* de instituições, nas quais não há lugar para a insustentável “vontade geral”. Assim, não correremos o risco da predição de Crèvecoeur tornar-se realidade: “O homem sobrepujará o cidadão, e as máximas políticas haverão de desaparecer” (apud ARENDDT, 1990, p. 111)

Considerações Finais

O homem livre, o cidadão da polis, não é coagido pelas necessidades físicas da vida nem tampouco sujeito à dominação artificial de outros (ARENDDT, 1992, p. 159)

Ao discutir a tendência moderna de elevar certas ideologias ao patamar da religião, mesmo quando as primeiras encontram-se flagrantemente em oposição às segundas, como é o caso do comunismo, Hannah Arendt, ao tratar do conceito liberdade, afirma ser esta “basicamente uma luta entre o mundo livre e o totalitarismo” (ARENDDT, 1993, p. 59).

O adjetivo livre, em minha opinião, deveria retratar um mundo onde o substantivo – em ambas acepções mais usuais do termo – liberdade fosse mais do que uma simples palavra nos discursos políticos, mas antes fosse a força organizadora e perfeitamente identificável daquele mesmo mundo, no qual, por extensão cartesiana, a igualdade também deveria comparecer em toda sua magnitude, coadjuvando a liberdade em sua razão de ser.

Claro está que não existe comparação possível entre totalitarismo (a total negação da liberdade) e as democracias (liberdade apenas formal); porém, nada impede que possamos alargar o conceito de liberdade até os limites da participação ativa de todos na esfera política.

No entanto, para que tal realidade possa ser erigida, cumpre, em primeiro lugar, resgatar da miséria e da fome milhões de indivíduos que, diuturnamente, se preocupam em conseguir algumas migalhas do “novo sagrado”, pois onde a pura sobrevivência é a maior meta, não há lugar para homens livres.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. **Pós-Neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARENDT, Hannah. **Da revolução**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 3 ed., 1992.

_____. **A dignidade da política: ensaios e conferências**. 2 ed., Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto**, v. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **As encruzilhadas do labirinto**, v. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1982.

ENRIQUEZ, Èugene. **Da horda ao Estado (Psicanálise do Vínculo Social)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TOCQUEVILLE, Alexis Charles Henri Maurice Clérel de. **Democracia na América**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

“ALL HUMAN BEINGS ARE BORN FREE AND EQUAL IN DIGNITY AND RIGHTS” – The French Revolution Heritage.

Abstract: The present article intends to analyse briefly the idea of political association which became intrinsic to individuals throughout Modernity, starting from a dialogue between the democratic regime existing in Greece under the classical period and the contemporary "liberal democracies", based on readings by Hannah Arendt and Cornelius Castoriadis. Such a discussion starts from the premise that such political realities, being the fruits of human action, are maintained (or modified) by this same action.

Keywords: Ancient Democracy - Modern Democracy – Citizenship.

Recebido em: 13/09/2017.

Aprovado em: 12/10/2017.